

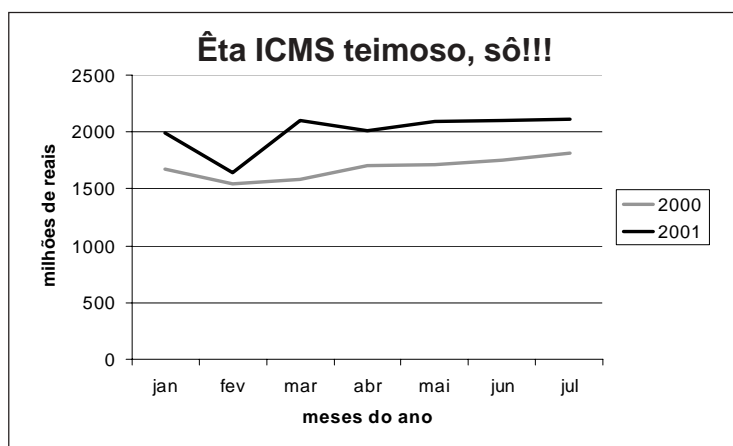
MOMENTO DECISIVO

No Boletim ADUNICAMP anterior (nº 15, de 04/07/2001), mostramos que a arrecadação de ICMS no mês de junho último, mesmo sob o impacto do racionamento de energia, chegara a 2.102,4 milhões de reais (já com o fator de redução), ultrapassando em 6% a arrecadação do mês anterior e em 20% a de junho do ano passado. Essa informação foi um balde de água fria nos prognósticos alarmantes do CRUESP, que projetava um “cenário de incertezas” para o segundo semestre, associado ao “apagão” e à crise argentina, como obstáculo para

o atendimento das nossas reivindicações salariais. Ou seja, a catástrofe anunciada não se concretizou. Agora, de acordo com os números da Secretaria da Fazenda do Estado, a arrecadação voltou a crescer em julho, atingindo a cifra de 2.110 milhões de reais. **É preciso ressaltar que julho é o segundo mês em que a economia brasileira está sob o efeito da política de racionamento de energia e, mesmo assim, a tão esperada queda da arrecadação, até agora, não se manifestou.**

Esses números mostram que as projeções feitas pelo Fórum das Seis estavam corretas e que as três universidades públicas do Estado têm condições financeiras para atender a nossa pauta salarial (13,5% em maio e definição de uma política salarial para o segundo semestre). Ao mesmo tempo, as reitorias insistem em criar obstáculos para a definição de uma política salarial para as universidades que, pelo menos, preserve o nosso poder aquisitivo. Na última reunião da Comissão Técnica, realizada em 06/07/01, os representantes do CRUESP voltaram a discutir a fórmula de política salarial adotada nas negociações do ano passado e apresentaram um limite mínimo

de arrecadação de R\$ 24,8 bilhões para eventual reajuste no segundo semestre. **Com isso, os reitores deixam claras as suas intenções com relação aos nossos salários: num primeiro momento, acenam com a iminência da crise para não dar um reajuste superior a 6% em maio e, em seguida, elevam o piso de arrecadação para definir uma política de “reajuste zero” para o segundo semestre.** De fato, adotam uma estratégia de prolongamento das negociações apostando na nossa desmobilização.



O que temos de concreto com relação às crises energética e argentina não é a impossibilidade de as reitorias atenderem às nossas reivindicações salariais, mas a elevação do custo de vida. No último mês, tivemos aumentos das tarifas de água, energia elétrica, telefonia, combustíveis, etc. A alta do dólar já se reflete no aumento dos preços de diversos

produtos que incidem fortemente na nossa cesta de consumo (produtos de informática, por exemplo). O IPC-FIPE de julho chegou a 0,85% e deverá atingir algo próximo de 6% neste ano, o que irá corroer o reajuste que tivemos em maio. **Vemos, assim, que o custo de vida dispara e os nossos salários estão estagnados.**

Neste contexto, precisamos iniciar o semestre com disposição de luta. A experiência que tivemos na campanha do ano passado mostra que os reitores só se dispõem a negociar sob forte mobilização das categorias. O que está em jogo é a preservação das conquistas salariais que obtivemos na campanha de 2000, que nos custou uma greve de 53 dias.

TODOS À ASSEMBLÉIA DO DIA 14/08.

ASSEMBLÉIA GERAL

Dia 14/08, terça-feira, às 12 horas, na sede da ADUNICAMP

Pauta: a) avaliação das negociações;

b) formas de mobilização.

COMPAREÇA!

CRUESP JOGA COM OS NÚMEROS

No último dia seis de julho, na UNICAMP, foi realizada uma Reunião da Comissão Técnica com representantes do CRUESP e do Fórum das Seis. A discussão ficou em torno da fórmula para eventual reajuste salarial em outubro, apresentada pelos reitores durante a última Reunião de Negociação, ocorrida no dia dois de julho.

A fórmula do CRUESP é um “clone” da aplicada no ano passado. Mas, com um enorme diferencial: o piso de arrecadação de ICMS estabelecido pelos reitores. O CRUESP propõe um limite mínimo de arrecadação na ordem de R\$ 24,8 bilhões para eventual reajuste no segundo semestre.

Esse número supera em muito (exatamente em 2,4 bilhões) a previsão de arrecadação elaborada pela Secretaria Estadual da Fazenda, no final do ano passado. Neste jogo de números, os reitores fizeram alguns lances muito interessantes:

a) A Secretaria da Fazenda elabora, no segundo semestre de 2000, a previsão de arrecadação para esse ano: R\$ 22,4 bilhões.

b) UNESP E USP fazem orçamentos baseados nesta previsão. Com atitude inesperada e inédita na história das três universidades públicas do Estado, a UNICAMP baseia o orçamento na previsão da Assessoria Econômica e Planejamento (AEPLAN), que é de R\$ 23,4 bilhões. Com esta jogada, a reitoria da UNICAMP consegue que o CONSU aprove um orçamento que compromete com custeio e investimentos, R\$ 1 bilhão do já famoso “excedente de arrecadação”, o que significa reduzir as possibilidades de reajuste salarial.

c) O Fórum das Seis avalia que a arrecadação será maior que a previsão inicial da Secretaria da Fazenda e, assim fundamentado, pressiona por uma política salarial concreta, como a que conquistamos na greve do ano passado.

d) Nas negociações com o Fórum, o CRUESP propõe uma política salarial com fórmula que joga para R\$ 24,8 bilhões a arrecadação mínima necessária para garantir a “saúde” das univer-

sidades; a partir deste valor haveria reajuste salarial. Todas as previsões de arrecadação, até mesmo as mais otimistas, trabalham com valores inferiores a 24,8 bilhões. E os reitores também sabem disso. Na prática, a fórmula do CRUESP representa uma armadilha, pois garante que todo o “excedente de arrecadação” ficará a disposição para investimentos dos reitores, com reajuste zero para docentes e funcionários.

Essas jogadas, aliadas aos argumentos apresentados durante as reuniões com o Fórum, demonstram clara incoerência no

discurso dos reitores. Ao mesmo tempo em que apontam o atual “panorama nebuloso” - crise energética, crise argentina e, conseqüentemente, a atual instabilidade econômica no país - como fator limitador da arrecadação do ICMS, propõem um patamar de arrecadação extremamente elevado para a concessão de qualquer reajuste no segundo semestre. O que significa uma **fórmula de reajuste zero**.

O Fórum apresentou proposta de que o limite mínimo para a fórmula de arrecadação seja fixado em R\$ 23,2 bilhões. Esse valor representa a soma da previsão orçamentária da Secretaria da Fazenda para esse ano, que é de R\$ 22,4 bilhões, mais os R\$ 800 milhões do ICMS usados no reajuste salarial de seis por cento, em vigor desde maio. É um índice técnico, bem mais coerente do que o índice político proposto pelos reitores, e que não foge da atual realidade econômica.

Os técnicos do CRUESP não concordam com esse valor. Diante do impasse, uma nova Reunião Técnica foi marcada para o dia oito de agosto, na Sala de Reuniões da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Universitário da UNICAMP.

“Ao mesmo tempo em que (os reitores) apontam o atual ‘panorama nebuloso’ - crise energética, crise argentina e, conseqüentemente, a atual instabilidade econômica no país - como fator limitador da arrecadação do ICMS, propõem um patamar de arrecadação extremamente elevado para a concessão de qualquer reajuste no segundo semestre. O que significa uma **fórmula de reajuste zero**.”

CRUESP ADIA REUNIÃO TÉCNICA

Conforme ofício nº 71/2001, assinado pelo Secretário Executivo do CRUESP, professor Raul Vinhas Ribeiro, a Reunião Técnica entre o Conselho e o Fórum das Seis foi adiada do dia seis para oito de agosto, às quatro da tarde, na UNICAMP.

CALENDÁRIO PARA AGOSTO

Na Reunião do Conselho de Representantes, realizada no dia doze de julho na ADUNICAMP, foram traçadas algumas diretrizes para o início do segundo semestre letivo. A principal é a de divulgar e explicar nas Unidades da UNICAMP o limite mínimo de arrecadação de ICMS, proposto pelo Fórum das Seis, para ser aplicado na fórmula de reajuste salarial elaborada pelo CRUESP.

Uma nova Reunião do Conselho de Representantes foi marcada para o dia sete de agosto. Além disso, cada representante deve agendar reuniões nas Unidades, como uma preparação para a ASSEMBLÉIA GERAL do dia quatorze de agosto. **ESSE É O MOMENTO DE MOBILIZAÇÃO.**

CALENDÁRIO:

07/08 – Reunião do Conselho de Representantes da ADUNICAMP;

08/08 – Reunião da Comissão Técnica;

06 à 14/08 – Reuniões nas Unidades;

14/08 – **ASSEMBLÉIA GERAL.**